

O CONCEITO DE PAISAGEM NO PROJECTO DO PARQUE DA CIDADE DO PORTO

A informação sobre as referências que, de algum modo, influenciaram a concepção do Parque da Cidade do Porto está compilada no livro que foi apresentado e distribuído neste I Congresso de Parques Urbanos e Metropolitanos. O texto desta comunicação tem um carácter mais abstracto, incidindo sobre o conceito de *paisagem* e a forma de o demarcar, questionar e operacionalizar no contexto do planeamento urbanístico, onde não é fácil abrir e garantir o espaço criativo necessário para que o arquitecto paisagista e o urbanista possam desenvolver as suas tarefas e exprimir-se de forma responsável.

A construção da cidade pede uma generosa disponibilidade de espaço, o que implica com a disciplina jurídica sobre as prerrogativas da propriedade e formação dos direitos de urbanizar e de construir. A oportunidade de criar um parque urbano depende dos instrumentos políticos e administrativos de gestão do solo e também da capacidade de idealizar e de saber construir a paisagem. O Parque da Cidade do Porto é o resultado de convergência de vontades e de trabalho aturado num contexto urbanístico nacional onde é particularmente difícil libertar cerca de 100 ha numa zona central e fazer valer aí um interesse público que está à margem do pragmatismo da gestão municipal corrente.

O sentido útil e o interesse público de um parque urbano não se discutem, mas também não se impõem na prática das dinâmicas urbanísticas. Daí a fragilidade do seu processo de realização. Enquanto os terrenos destinados a equipamentos sociais, como escolas, cemitérios ou hospitais e outros de primeira necessidade, se impõem de forma categórica e pragmática, o mesmo não se passa com os terrenos destinados a um parque, porque este não se faz sentir como uma necessidade premente e, por isso, tende a ser preterido na disputa pelo solo. No entanto e recorrentemente, os parques, jardins e “zonas verdes” fazem parte de um exacerbado e estereotipado discurso político-ideológico.

A questão da paisagem é facilmente instrumentalizável pelos discursos mediáticos que procuram a atenção das massas e são comuns argumentos que exploram o medo e a insegurança e a ignorância do Homem perante a sociedade e o mundo em geral. Na era pós-industrial e das novas tecnologias, o discurso político-ideológico carece de uma máscara construída à base de uma axiomática com vocabulário científico. Daí a necessidade da acção pedagógica intelectualmente séria sobre os conceitos, a História e os processos de trabalho sobre o território e a paisagem.

É perante esta perigosa realidade, que autores como Georges Bertrand se interrogam sobre se o conceito de *paisagem* não estará a ser adulterado em muitos sectores, particularmente no académico: «*A la limite, le mot ne participe plus que du flou*»

*publicitaire (...) le paysage, participe-t-il du confusionnisme de l'idéologie dominante? Mais, l'émergence sociale du paysage se rattache à la vague écologico-environnementaliste qui secoue la société de consommation. Riche de telles contradictions et de son irréductible globalité, le paysage est devenu un enjeu politique; son analyse scientifique se pose autant en termes de pouvoir que de savoir».*¹

Acontece ainda que o parque pode parecer e até ser, muitas vezes, um objecto falhado, frívolo, exibindo-se como coisa supérflua. A cidade só necessita do parque na medida em que este se afirme como uma obra paisagisticamente conseguida. O parque não se justifica por si como um equipamento urbano, a sua razão de ser fica dependente da sua substância enquanto paisagem que se concretiza como obra de arte. A paisagem é uma experiência singular, quando muito é um devir que não permanece, não se repete, transfigura-se, flui com o tempo e prende-se ao instante da vida que a cria e apreende como memória.

O crescente interesse sobre o tema dos parques urbanos e metropolitanos emerge da consciência sobre os desafios do planeamento urbanístico que a sociedade contemporânea enfrenta e que se caracterizam pela dependência de conceitos e de regras que instruem a apropriação e a acção sobre o meio físico e as suas territorialidades. A relação do Homem com o meio desenvolve uma problemática onde é urgente atender à importância acrescida da filosofia da paisagem enquanto fonte esclarecedora da ideia motora das transformações e conservações relativas aos usos do solo.

A fruição de um parque é essencialmente um acto contemplativo motivado e inspirado pela expressão da paisagem do parque e que se completa na dimensão espiritual da meditação e do olhar. No *belo natural* há uma indeterminação que alimenta o sentido transcendental da relação com a paisagem, a qual, de sua natureza, é sempre um produto cultural. Há excepção dos espaços silvestres e dos espaços naturais brutos em geral, em todos os outros a conservação da paisagem depende da sustentação e condução de estados à custa de um trabalho quase permanente.

Como, com particular lucidez, sustenta Alain Roger, «a paisagem não faz parte do ambiente. Este último é um conceito recente, com origem na ecologia e justifica, a este título, um tratamento científico. A paisagem é um conceito mais antigo, de origem artística

¹ Excerto de texto de George Bertrand, *Le paysage entre la Nature et la Société*, in ROGER, A. (d direcção), 1995. *La Théorie du Paysage en France*. Editions Champ Vallon, Seyssel (p.89).

*e dependendo, como tal, de uma análise estética»*². Esta clarificação é necessária para evitar posições falaciosas com graves consequências quer na política ambiental, quer na construção e conservação da paisagem.

A apropriação do território por intervenção do desenho canónico implica uma capacidade de criar e projectar paisagens para além dos conhecimentos sobre a estrutura geográfica e geomorfológica dos sítios e o domínio do conceito de *natureza* informado pelas ciências naturais. A Ecologia é um conhecimento integrado que se alicerça em ciências como a Biologia, a Química e a Física, estudando fluxos de energia, ciclos de elementos, cadeias alimentares. A arquitectura da paisagem tem, obviamente, de conhecer e respeitar os determinismos das leis da natureza, mas a sua essência revela-se no patamar das artes como valor estético.

A paisagem carece de coerência funcional mas não tem uma finalidade, tem uma expressão, não obstante ser indissociável do sentido útil do uso do solo, impondo-se como uma realidade quase trivial no nosso quotidiano. Como produto cultural e económico que é, a paisagem é um objecto social, que se materializa como ideia na mente de cada utilizador. Nesse sentido, está-se perante um fenómeno psicológico de percepção, interpretação e apropriação do espaço territorial. Só na medida em que a paisagem é indissociável da sua base geomorfológica e biofísica, que dá suporte à sua estrutura arquitectónica concreta, é que se presta a uma análise objectiva. Na sua essência como obra de arte, a paisagem só pode ser avaliada pela fruição directa e sensorial e pela reflexão crítica sobre o seu sentido estético.

O mundo será, cada vez mais, o reflexo das compreensões e das ideias condutoras do projecto, da obra e dos modos de utilização e de vivência dos espaços. Para além das técnicas, a arquitectura paisagista enfrenta, na sua essência, um desafio conceptual de ordem estética, o qual, surpreendentemente, tem uma articulação directa com as vertentes económicas do território. A paisagem requer uma ordenação funcional, um sentido útil que lhe dê sustentação económica, e não é redutível a uma operação de cosmética ou à frivolidade de arranjos cenográficos, mas, não obstante esta realidade materializante, a apropriação plena da paisagem só é alcançada quando esta corresponde ao absoluto da ideia do *belo* oferecido e fruído espontaneamente na relação sensorial comum com o espaço vivencial.

² Excerto de texto de Alain Roger, *Histoire d'une passion théorique ou comment on devient un Raboliot du Paysage*, in ROGER, A. (direcção), 1995. *La Théorie du Paysage en France*. Editions Champ Vallon, Seyssel (p.448).

A paisagem torna-se ridícula sempre que sacrificada e tratada como elemento decorativo de um lugar. O seu sentido emerge de um valor estético absoluto associado ao uso social. A arquitectura da paisagem ou se legitima na singularidade da obra de arte ou é «*objecto de uma execução sumária na visão pseudo-científica de ecologistas delirantes ou de maquinações tecnocráticas destinadas a mascarar os verdadeiros problemas da sociedade*».³

A cidade moderna que emergiu do movimento higienista alicerça-se na conquista de espaços de desafogo com distribuições proporcionadas entre o espaço público e o privado, entre o exterior e o interior, e na estruturação de redes e organização sistémica dos tecidos urbanos em todas as suas acepções. A finalidade última é disponibilizar espaços agradáveis que satisfaçam todas as necessidades da comunidade a custos razoáveis. Compete também aqui à arquitectura da paisagem esclarecer o processo de planificação, impedindo a sua estereotipação burocratizante, onde os percursos que conduzem à qualidade são preteridos em favor de tabelas e parâmetros administrativistas que desvirtuam a arte do urbanismo.

No movimento moderno, a paisagem à sua escala própria deixou de ser um tema tratado na linguagem arquitectónica. No domínio do planeamento territorial, a partir dos anos 50, a questão é explorada no exercício do poder de classificação dos solos e, neste contexto, a arquitectura paisagista dificilmente conseguiu ir além da pequena intervenção da praça, do jardim ou da arborização da rua. Aqui a criação dos parques faz a diferença e estabelece um novo paradigma de configuração urbana que se realiza e completa em plano século XIX. A dimensão do parque urbano, abrangendo dezenas de hectares, permite alcançar a escala da paisagem, mas, curiosamente, tal não foi entendido no contexto do movimento moderno onde o “parque” foi desentendido, esquecido e reduzido a um “espaço verde” indiferenciado onde se dispersavam edifícios isolados. O parque foi transformado num espaço intersticial entre células edificadas.

Os edifícios em altura justificam-se em zonas de elevada centralidade, onde a concentração de equipamentos e serviços e a própria necessidade de marcar enfaticamente a *downtown* como centro cívico de referência exigem uma densificação como condição para a presença de uma massa crítica de sustentação da animação urbana. É também no contexto deste conceito de centralidade que se justifica a criação de um parque urbano, o qual tem como contrapontos a relação entre o grande espaço livre e a elevada densidade de construção na sua envolvente. Acresce o facto do parque

³ Texto de George Bertrand, *Le paysage entre la Nature et la Société*, in ROGER, A. (direcção), 1995. *La Théorie du Paysage en France*. Editions Champ Vallon, Seyssel (p.90).

potenciar uma relação visual entre o interior do edificado e a paisagem naturalista do parque. Para se tirar o maior partido deste recurso paisagístico, é necessário desenvolver em altura os edifícios na bordadura do parque.

Sob o ponto de vista económico, é natural que a centralidade seja mais valorizada e, portanto, se coloque no mercado a preços mais elevados. Assim, a lógica da estruturação urbana recomenda que a construção em altura seja adoptada nas zonas mais centrais, produzindo apartamentos de elevada qualidade de construção, excelentes instalações mecânicas e demais requisitos de conforto, para não haver perturbações nas relações de vizinhança (ruídos, cheiros e outros factores ambientais). Estas exigências levam-nos a concluir que a construção em altura deve dirigir-se preferencialmente para elevados *standards* sócio-económicos enquanto a habitação mais económica deve ser resolvida com moradias unifamiliares, beneficiando do seu pequeno jardim privado⁴. Tal obviamente não impede, pelo contrário, que exista habitação unifamiliar com jardim para elevados *standards*. A integração social é trabalhada na composição urbana, misturando as diversas tipologias na unidade compósita do bairro.

A recuperação do espaço e do conceito de *parque urbano*, como elemento de composição da cidade com identidade própria, impõe a revisitação das ideias e obras paradigmáticas dos séculos XVIII e XIX, tanto mais que a sua ausência no urbanismo e na arquitectura paisagista contemporâneos se deve mais ao desconhecimento do que a um exercício de refutação conseqüente e de criatividade alternativas.

O parque urbano traz a possibilidade de desenvolver no interior da cidade uma expressão absoluta de paisagem, mas a interpelação à arquitectura paisagista vai mais além, ao ponto desta se assumir como parte integrante da coordenação do planeamento do território, operando com a equação do sentido económico dos espaços e dos interesses e necessidades das populações que os habitam.

Os conceitos tradicionais de planeamento urbanístico e as referências da cidade tradicional não são estáticos, estando naturalmente sujeitos a alterações e inovações, mas tal não pode ser confundido com intervenções que resultam de lacunas de conhecimento

⁴ Esta argumentação contrastam com a de Gropius quando sustenta que «*para famílias assentadas, de camada social elevada, que não estejam sujeitas a mudanças de emprego ou de moradia, é mais adequada a casa térrea com jardim, para a grande massa de trabalhadores livres, o mais adequado é o apartamento do grande edifício*» (GROPIUS, W., 1977 [3.ª edição]. *Bauhaus: Novarquitectura*. Editora Perspectiva, São Paulo, [p. 163]). Estas ideias vieram legitimar os bairros de habitação económica de alta densidade que fomentaram a segregação social nas últimas décadas.

que alimentam subversões gratuitas devidas a visões improvisadas, as mais diversas, onde se destaca a influência do planeamento sectorial dominado pelos transportes e pelos empreendimentos avulsos num tecido que se movimenta em função de centralidades imprevisíveis geradas por novos nós e equipamentos. Os sentidos e valores económicos do solo e a sua utilização funcional para as diversas actividades produtivas interferem como importante factores na configuração da paisagem. À excepção das paisagens silvestres entregues aos seus processos naturais brutos, todas as outras, que convencionamos designar por paisagens trabalhadas, requerem cuidados de manutenção quase permanente, implicando investimentos que, tradicionalmente, estavam integrados nos custos da exploração ou simples utilização social do espaço em causa.

A ocorrência de discrepâncias entre espaços adaptados e a sua efectiva utilização sócio-económica cria problemas à gestão territorial. Hoje, mesmo os espaços silvestres brutos exigem acompanhamentos, vigilâncias, medidas de salvaguarda e acções de enquadramento regional e local. Estas exigências têm custos acrescidos quando se pretendem manter espaços com usos deslocados, isto é, sem sustentação económica, mas, no que diz respeito aos espaços públicos, nomeadamente aos parques urbanos, o seu sentido económico tem correspondência directa com a expressão do seu uso social, onde pesa o valor estético, o número de visitantes que atrai e a satisfação proporcionada pelo acto da fruição contemplativa da paisagem.

A concepção de um parque urbano dificilmente poderá prescindir de desenvolver uma paisagem de expressão naturalista. Até que ponto o *belo natural* é indissociável do conceito de uma paisagem depurada e completa que se inscreve na cidade para estabelecer um contraponto entre a estrutura edificada e o espaço livre descodificado. A questão de fundo é saber se o desenho de um parque pode alcançar a materialização da ideia de paisagem, adoptando padrões formais de desenho à margem do discurso guiado pelos cânones do imaginário do *belo natural*.

A liberdade do acto de arquitectar a paisagem está aprisionada à dialéctica miltoniana do paraíso perdido. É facto que os grandes parques do Barroco, onde Vaux-Le-Vicomte pontifica como uma obra-prima, conseguem, no pleno da sua monumentalidade e grandeza formal, ter uma expressiva força naturalista que emerge da sua dimensão e da simplicidade quase austera dos elementos presentes: a modelação do terreno, a vegetação, a água, a extensão dos *parterres* e as orlas da floresta.

O *belo natural* tem as suas raízes num imaginário que não emerge de qualquer analogia com a "natureza", pelo contrário, talvez se alimente do desejo de alternativas e de fugas

ao meio natural bruto no que este tem de incómodo e de hostil, e, ao mesmo tempo, toma-o como referência no que dele colhe de providencial, acolhedor, poético e misterioso. Mas a autenticidade do *belo* no parque é o resultado de caminhos escolhidos através da ideia arquitectada e expressa pelo gesto do desenho e da construção que marca a presença do espírito dominador e transformador do território, criando e afirmando a paisagem.

A paisagem materializa-se sempre na ideia que a configura e, por maioria de razão, na ideia que a arquitecta substantivamente, renunciando à miúda adjectivação. O desenho de um parque falha quando é dominado pela fragmentação dos seus espaços, pela geometrização gratuita, pela presença enfática de objectos que o ocupam como adereços, mobiliário ou *bibelots* que anulam a arquitectura da paisagem, instalando um decorativismo fatal.

Há espaços que não são paisagem nem têm que ser. Os espaços interiores não o são seguramente. O jardim, enquanto hortos inclusos, espaço fechado, afirmando a sua contenção separada do mundo, contrapõe-se à paisagem e esta separação dialéctica é parte essencial do sentido útil e arquitectónico do jardim como parte da casa defendida de uma envolvente hostil. Por isso, não se recomenda que a concepção do parque imite ou de algum modo tente reproduzir a lógica discursiva da linguagem arquitectónica dos jardins, sob pena de se tornar disforme e caricato. Um parque não pode ser um jardim desmesurado, fora de escala, a estender-se e perder-se sem jamais ser parque.

A liberdade criativa do projectista desenvolve-se no domínio de princípios que sustentam a condições da paisagem enquanto ideia "artialisada" e objecto do urbanismo no seu sentido mais lato, aplicado à compreensão e apreensão prática do território na sua globalidade. Como todas as artes, a arquitectura paisagista tem uma linguagem e forma de expressão presa aos seus materiais, aos seus paradigmas e obras, que, no conjunto, sugestionam memórias e fazem uma história.

A afirmação dos valores culturais e os novos programas sócio-económicos suscitam dinâmicas de transformação dos usos do solo que reclamam novas contextualizações paisagísticas e não tanto novos padrões de paisagem. Para cada coisa nova apetece encontrar um lugar no mundo sedimentado numa paisagem intemporal. A criação paisagística é indissociável de uma memória e da saudade de um bem-estar que se supõe ou sonha ter existido, e, por isso, é um rumo que procura o reencontro com uma origem resolvida, sendo, portanto, um desejo que se projecta no passado. Não surpreende, portanto, que o tema da arquitectura paisagista suscite atenções e interesses ressurgentes.

A paisagem está impregnada de imagens captadas em campos visuais, mas a sua substância é a percepção sensorial do espaço envolvente e acolhedor, com todos os elementos que lhe conferem um significado mátrio como objecto cultural. A paisagem pode ser topologicamente entendida como agregado de compartimentos, de campos, de corredores, de linhas, de horizontes, de axialidades, de vizinhanças, de quase-uniformidades, e pode *in extremis* reduzir-se a um espaço homogéneo, isto é, sem referências, como acontece no deserto ou no meio de um oceano. Em qualquer caso, é a sensação de segurança, de conforto, e o continente acolhedor que criam as condições para que a paisagem aconteça e permaneça. Em absoluto, a paisagem só existe como relação concreta de felicidade e de bem-estar no sítio idealizado e sentido como realidade presente.

A essência da paisagem encontra-se na autenticidade da representação real da desejada ordem natural que informa o imaginário do *parádeisos*. Para tal, a concepção de um parque prescinde de programa para se ater apenas ao desenho das suas paisagens inspirado em padrões geomórficos, em composições de espécies vegetais mais ou menos afins dos espaços silvestres e em paradigmas da arquitectura rural. Esta demarcação não é um preconceito contra os modelos da arquitectura canónica que marcam a estrutura do convencional espaço urbano edificado, mas apenas a intuição de um discurso onde a diferença prevalece sobre a repetição e onde esta, por sua vez, requer uma lógica fractal onde os elementos que têm necessariamente de ser idênticos nunca são iguais.

Arquitectura paisagista, planeamento do território e ambiente tratam de coisas diferentes, com encontros, com relações, mas com objectos claramente distintos. As ciências do ambiente focam os problemas da poluição da água, do solo, do ar, do ruído, dos resíduos sólidos, dos focos infecto-contagiosos e das radiações perigosas. O ambiente é um problema de controlo da higiene e da qualidade sanitária. A territorialidade alicerça-se no sistema de relações funcionais e formas de apropriação e gestão administrativa e da ocupação útil do solo. A paisagem realiza-se na sua dimensão estética, através da ideia arquitectónica consciencializada pela cultura como forma de ver, construir e fruir o mundo.

A plasticização da paisagem é um equívoco não só pela sua impossibilidade prática mas também porque esta reclama o seu geomorfismo, a sua expressão natural e um sentido útil absoluto que estão para além do exercício formal. Por isso, o desenho da paisagem não pode ser subordinado a imagens e a formas improvisadas em gestos de criação solta fora dos cânones que decorrem da natureza geográfica dos sítios. A liberdade da arquitectura

paisagista desenvolve-se no interior de um conhecimento e a paisagem avalia-se por dentro, através de uma relação sensorial e de dependência telúrica onde não há lugar para distanciamentos e abstracções.

A paisagem não é um cenário, um espaço de fundo, onde o mundo acontece, ela é o acontecimento em si, englobando todos os aspectos da realidade que a materializa. Daí que a apropriação da paisagem se faça através de uma relação de presença que não pode ser reduzida a imagens. Muitas paisagens decadentes e degradadas são, por vezes, mal entendidas e apropriadas por olhares distanciados que estão longe de conhecer e compreender a miséria que está por detrás da aparência e da fotogenia das imagens. A estética da paisagem é indissociável do seu conteúdo real como espaço vivencial de uma sociedade e como experiência individual, e mostra-se como uma realidade presente.

A paisagem é um objecto vivo, um espaço dinâmico, que integra o corpo social e que faz parte da sua cultura, por isso, não pode ser descontextualizada, dependendo sempre do seu poder de sobrevivência. A paisagem, enquanto objecto consciencializado, não pode ser considerada e muito menos interpretada como um processo à parte e distinto da apropriação útil e da relação vivencial que sustenta a vida do sujeito.

Um parque urbano proporciona a apropriação mais completa de uma paisagem que se nos oferece alcançar pela fruição directa e plena que inspira a ideia para além da simples visão. Aquilo que na obra é autenticidade, na paisagem é naturalidade alcançada pela ideia arquitectónica. Como toda a obra de arte, as paisagens e, em particular, os parques urbanos preservam o sentido do Eu.

Até ao século XVIII, os parques eram obras emblemáticas da aristocracia. No século XIX, surgem os parques urbanos como elemento de excelência da cidade burguesa, contudo, o príncipe Pückler concebia os seus parques particulares como espaços de liberdade abertos a todas as pessoas independentemente do seu estatuto social. A essência dos parques e, porventura, da própria paisagem como ideia do mundo é ser um espaço de acolhimento do Homem na sua condição singular e individual.

Não há contradição entre o parque e a cidade, são partes que se complementam, e não tem sentido justificar o parque como factor de compensação dos defeitos e abusos urbanísticos. Cada elemento do sistema urbano carece de uma avaliação própria, autonomizada sem redencções marginais.